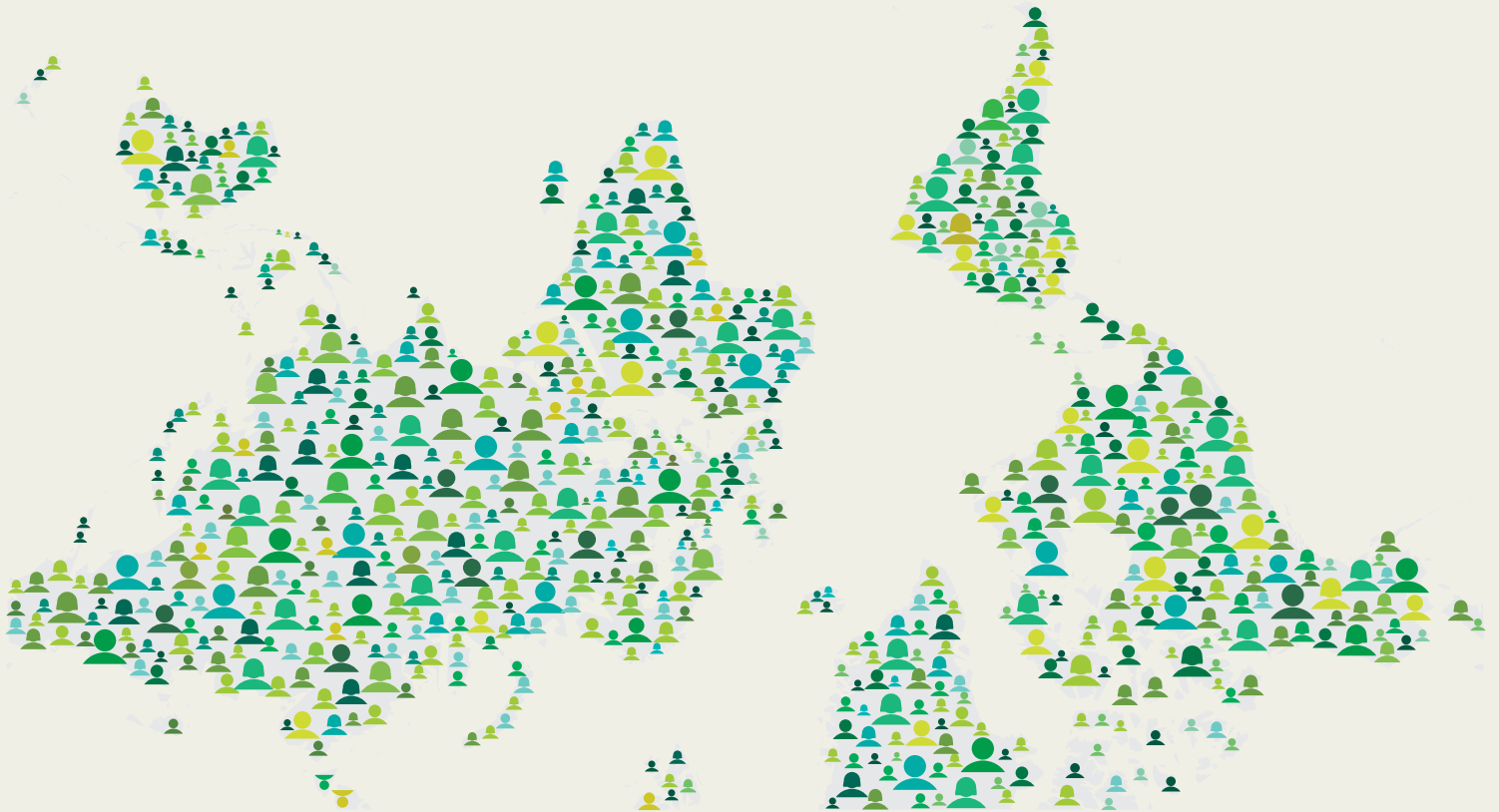


# Un congreso internacional de AGROECOLOGÍA E AGRICULTURA ECOLÓXICA



Propostas agroecolóxicas  
ao industrialismo recursos compartidos  
e respostas colectivas

Máis información en:

Secretaría do Congreso

Teléfono: 986.812.506

Enderezo electrónico: [ecoecoagro@uvigo.es](mailto:ecoecoagro@uvigo.es)

Páxina web: <http://webs.uvigo.es/economiaecologica/>

Organiza

**gieea**  
grupo de investigación  
en economía ecolóxica  
e agroecoloxía

Patrocinan

Universidade de Vigo

FUNDACION  
JUANA DE VEGA

supurbfood

This project has received funding  
from the European Union's Horizon  
Framework Programme for research  
and technological development and  
demonstration under grant agreement  
No 101019161

Colaboran

GOBIERNO DE GALICIA

uvigo tv

Fiare

SEAE  
Sociedad Española de  
Agricultura Ecolóxica

## Xoves 26 de xuño de 2014

08.30-09.15 Acreditación de congresistas e entrega da documentación.

09.15-09.30 Inauguración do Congreso. D. Salustiano Mato de la Iglesia. Reitor da Universidade de Vigo.

09.30-10.45 **Conferencia de Apertura**

**Cadenas curtas de alimentación: lecciones aprendidas de ciudades del Sur.** Marielle Dubbeling. RUAF-Foundation.

10.45-12.15 **Primeira sesión de comunicacións orais.**

### **Mesa 1.1: “Banca ética: Unha alternativa de financiamento para as iniciativas agroecolóxicas”**

**Alternativas Económicas de base cidadana: el proyecto Fiare-Banca Ética.** Peru Sasia. Presidente de Fiare. Centro de Ética Aplicada - Universidad de Deusto.

**Coop57, o aforro ético ao servizo da economía solidária galega.** Ramón Carmelo Rodríguez. Secretaría Técnica da Sección Territorial de Galiza.

**AIS O Peto: Microfinanzas éticas.** Montse Rodríguez. Presidenta de AIS O Peto. Santiago de Compostela.

### **Mesa 1.2: “Agroecoloxía e Propiedade Colectiva”**

**Monte Veciñal: Xestión Comunitaria(ou Colectiva) dos Recursos.** Xose Alfredo Pereira Martinez. Presidente da Organización Galega de Comunidades de Montes –Orgacmm. Galicia

**Efeitos económicos, demográficos e sociais de uma crise: o renascer da agricultura em Portugal.** Paula Cabo; Alda Matos; Maria Isabel Ribeiro; António Fernandes. Centro de Investigação de Montanha e Escola Superior Agrária. Portugal

**Optimización e mantemento das interrelacións entre a produción de leite e a conservación da biodiversidade en Italia, os Países Baixos e España.** Paul Swagemakers, Pierluigi Milone, Flaminia Ventura. GIEEA-Universidade de Vigo.

### **Mesa 1.3: “Biodiversidade e Desenvolvemento Sostible”**

**DE MANOS CAMPESINAS A MANOS CAMPESINA – la resistencia y conservación de semillas criollas por campesinos de la región Andina en Colombia y del Valle del Jequitinhonha en Brasil.** MENDES, Bianca Pinto; CARVALHO, Marivaldo Aparecido de. Universidad de Córdoba, Escuela Técnica de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Córdoba.

**Cultivo ecolóxico das variedades de vide Treixadura e Brancellao no Ribeiro: produción e características do mosto.** Pilar Blanco, Emilia Díaz, Ana Lamas, Emiliano Trigo, Elvira Soto, Francisco Rego. Estación de Viticultura e Enoloxía de Galicia (EVEGA-INGACAL).

**Eficiencia Energética y Monetaria del viñedo. Un estudio comparativo de tres explotaciones con manejos diferenciados -ecológico, integral y convencional- en Catalunya.** Aida Mas Baghaie y David Pérez Neira. Universidad Pablo Olavide

12.15-12.30 Descanso.

12.30-14.15 **Mesa Redonda. “Agricultura urbana e periurbana”**

**La gestión del conocimiento orientada al aprendizaje como motor de cambios: reconectando las personas, los sistemas sociales y los sistemas ecológicos.** Alain Santandreu e Oscar Rea. Membros do Consorcio por la Salud, Ambiente y Desarrollo ECOSAD (Fundación RUAF). Lima, Perú.

**El proyecto agroecológico de Gallecs.** Gemma Safont i Artal. Gerente del Consorci del Parc de l’Espai d’Interès Natural de Gallecs. Barcelona.

**Transición agro-ecológica para “mejor-con-vivir”, con metodologías participativas.** Tomás R. Villasante. ACORDES, U. de Cuenca-Ecuador

14.15-16.00 Comida.

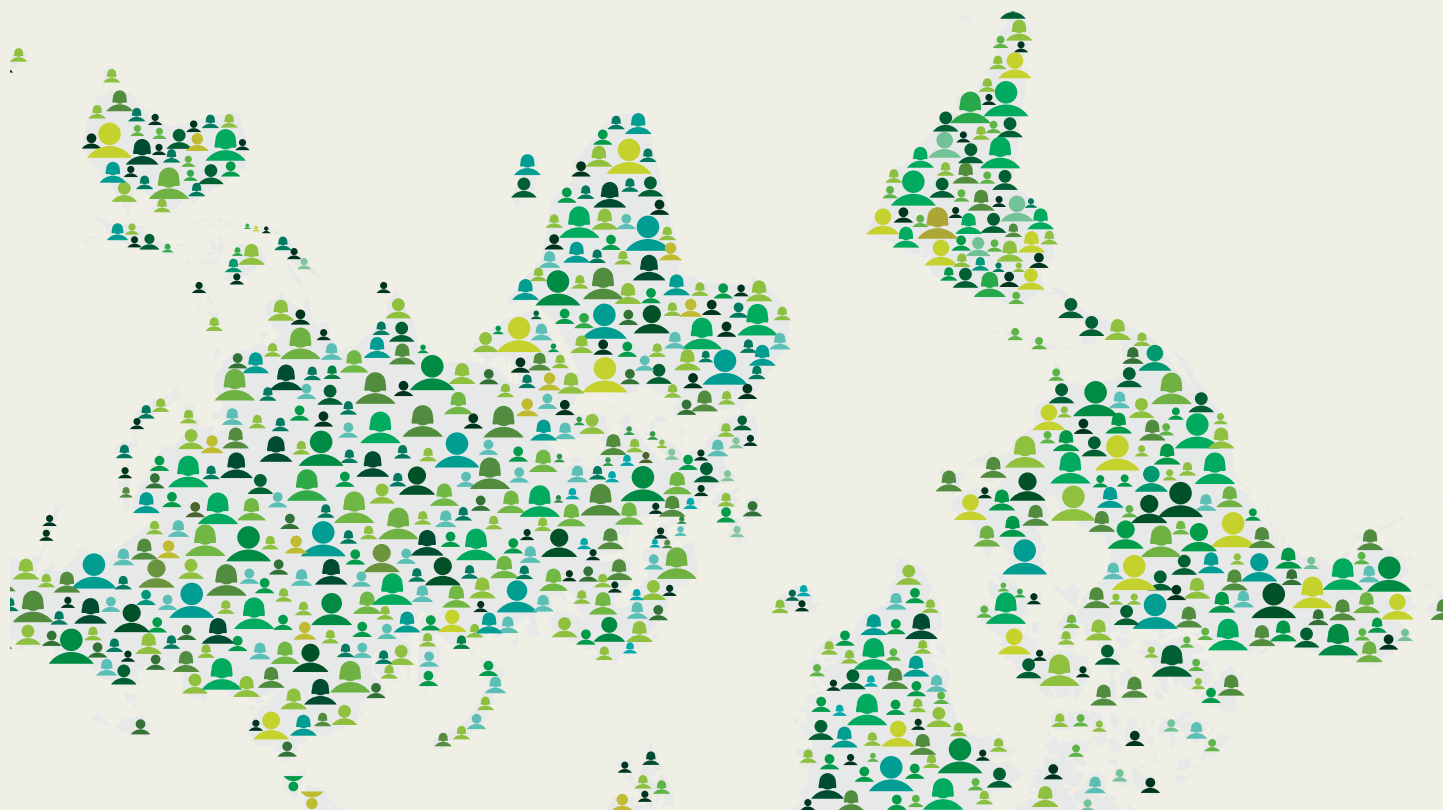
16.00-17.30 **Segunda sesión de comunicacións orais.**

### **Mesa 2.1: “Iniciativas dinamizadoras empregando recursos locais”**

**A posta en valor da mazá galega.** Jesús Armenteros. Lagar de Ribela.

**Promoción da pesca artesanal sustentable.** Rita Pesqueira Portas. Canto da Balea.

**Biomasa forestal, futuro esperanzador.** Antonio Ocampo Pereira e Aroa Sío Seijo. CMVMC de Coruxo. Vigo.



# Propostas agroecolóxicas ao industrialismo

recursos compartidos  
e respostas colectivas

Libro financiado pola rede Revolta

**gieea**  
grupo de investigación  
en economía ecolóxica  
e agroecoloxía



UNIÓN EUROPEA

Fondo Europeo de  
Desenvolvemento Rexional

<http://revolta.usc.es/gl/>

# Propostas agroecolóxicas ao industrialismo. Recursos compartidos e respostas colectivas

Coordinadores

**Xavier Simón Fernández** **Damián Copena Rodríguez**

Libro financiado pola rede Revolta



UNIÓN EUROPEA

Fondo Europeo de  
Desenvolvemento Rexional

<http://revolta.usc.es/gl/>

## **Propostas agrocolóxicas ao industrialismo. Recursos compartidos e respostas colectivas**

Coordenadores | Xavier Simón Fernández e Damián Copena Rodríguez

Edita | Grupo de Investigación en Economía Ecolóxica e Agroecoloxía,

Xavier Simón Fernández e Damián Copena Rodríguez

Ano | 2014

Deseño e maquetación | seteseoito deseño gráfico

ISBN | 978-84-617-2311-9

Nº rexistro | 201470895

## Efeitos económicos, demográficos e sociais de uma crise: o renascer da Agricultura em Portugal

✉ Paula Cabo<sup>1\*</sup>; Alda Matos<sup>2</sup>; Maria Isabel Ribeiro<sup>3</sup>; António Fernandes<sup>3</sup>

### RESUMO

A crise económica e necessidade estão a motivar o regresso à terra de uma parte significativa dos portugueses, tendo a agricultura vindo a crescer, mesmo em termos de produto, e a criar emprego líquido. Mas esta popularidade do setor agrícola ultrapassa o âmbito profissional e empresarial e transvasa para a vida familiar e social, como é o exemplo do crescente interesse pela agricultura biológica e urbana, em especial as hortas urbanas, que tem origem não só nas atuais dificuldades económicas das famílias mas também na adoção da prática agrícola como atividade de lazer.

Em resultado o sector agrícola português está mais dinâmico que nunca, tendo sido investidos, nos últimos cinco anos, seis mil milhões de euros em novos projetos agrícolas. Assim, apesar de Portugal produzir apenas 70% das suas necessidades de consumo, este desequilíbrio na balança comercial pode inverter-se nos próximos anos, sendo que, em 2012, Portugal importou mil milhões de euros a menos em produtos agrícolas.

Esta comunicação pretende contribuir para a compreensão do fenómeno atual de popularidade da agricultura em Portugal, particularmente os seus efeitos económicos, demográficos e sociais. Para tal procede-se uma breve caracterização da situação atual da agricultura portuguesa, nomeadamente a importância do sector para o produto interno e para a economia regional, bem como, a evolução da atividade na última década, particularmente, os efeitos da crise sob o sector e as novas realidades demográficas e sociais ligadas à atividade agrícola.

**Palavras-chave:** agricultura, sociedade, agricultura urbana, desenvolvimento económico, emprego, crise.

1 CIMO - Centro de Investigação de Montanha e Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança

2 Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança

3 Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança e Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

## 1. INTRODUÇÃO

É um lugar-comum dizer que é nas grandes crises que se descobrem as grandes oportunidades. A história mostra que, em épocas de crise profunda, a agricultura reassume o papel de “reserva social” (criação de emprego e aumento do produto). Existe na sociedade portuguesa algum desprezo social (falta de reconhecimento) assente na ideia de que a agricultura é uma atividade menos nobre que, aliada aos rendimentos insuficientes gerados pela atividade e às dificuldades de acesso à terra, está na origem do abandono a que a agricultura tem sido vetada. Este comportamento está, contudo, sob mudança e o reconhecimento de que a agricultura faz falta ao desenvolvimento do país está patente no discurso político e nas campanhas comerciais.

A atual situação de crise económica e do mercado de trabalho tem seguramente um impacto no fenómeno de regresso à agricultura que se experimenta atualmente em Portugal, tendo a agricultura inclusive recebido profissionais qualificados que antes se dedicavam a outras áreas.

Esta comunicação pretende contribuir para a compreensão do fenómeno atual de popularidade da agricultura em Portugal, particularmente os seus efeitos económicos, demográficos e sociais. Para tal procede-se uma breve caracterização da situação atual da agricultura portuguesa, nomeadamente a importância do sector para o produto interno e para a economia regional, bem como, a evolução da atividade na última década, particularmente, os efeitos da crise sob o sector e as novas realidades demográficas e sociais ligadas à atividade agrícola.

O restante desta comunicação consiste em 3 secções: a secção 2 faz uma breve apresentação da agricultura portuguesa, importância económica e social e evolução recente; secção 3 debate os efeitos da presente crise neste regresso à terra; e a secção 4 conclui.

## 2. A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DO SETOR AGRÍCOLA PORTUGUÊS

A história mostra que, em épocas de crise profunda, a agricultura reassume o papel de “reserva social” (criação de emprego e aumento do produto) (Silva, 2011). Tal é também verdade na presente crise, sendo que se assiste atualmente a uma crescente consciencialização da importância que a agricultura e o agro-negócio tem para a economia portuguesa.

De facto, de há algum tempo a esta parte, a agricultura tem vindo a assumir uma importância crescente no discurso político, recuperando de um papel quase marginal, para que tinha sido relegada, sendo que a sociedade começa a perceber que no campo também se produz e gera riqueza, criando emprego, fixando populações, contribuindo assim para o esforço coletivo em que Portugal se encontra envolvido de recuperação da sua economia. Como comprova o crescimento, em 2012, de 2,8% quando a restante economia contraiu 3%, tendo a aposta passado pelo aumento das exportações e aproveitamento das verbas comunitárias. E enquanto sector produtor de bens transacionáveis, quer para o mercado interno, quer para a exportação, o agronegócio é o único sector de atividade que tem crescido (2,8% quando a restante economia contraiu 3%, em 2012) em contraciclo com a profunda crise que as economias ocidentais têm vindo a atravessar, em particular as dos países europeus periféricos.

Assim, em 2013, Portugal, ao contrário da Europa, registou um crescimento do produto agrícola interno bruto, devido, sobretudo, ao crescente interesse na agricultura. Também o rendimento na atividade agrícola tem vindo a aumentar (9,5%), sendo que, em 2012, Portugal foi o quinto país da União Europeia onde a atividade

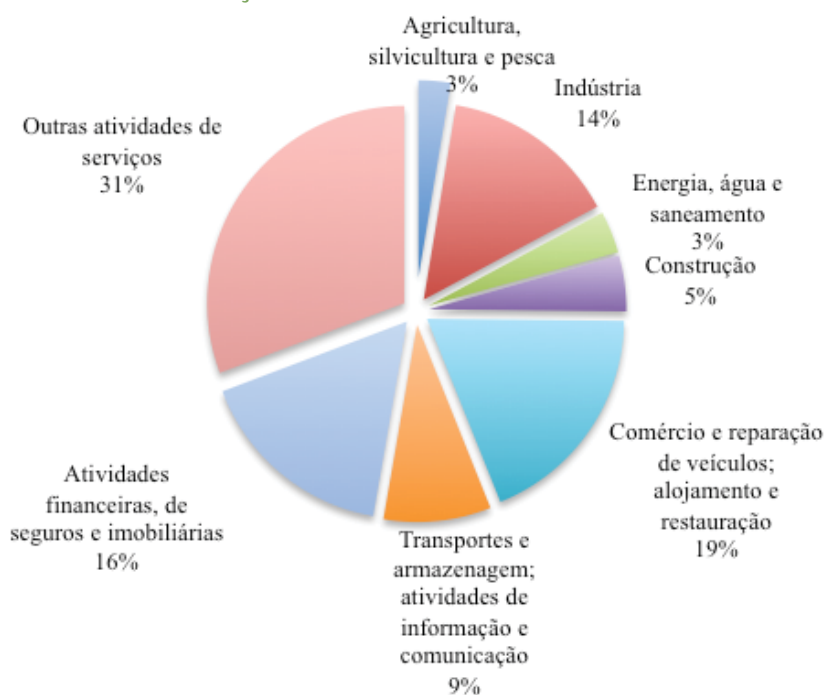
rendeu mais por trabalhador. Neste ranking, a Bélgica lidera, com um crescimento de 27,9%, seguida da Holanda, da Lituânia e da Alemanha (Mahon e Garcia Nuevo, 2013).

Nesta sessão faz-se uma breve caracterização da situação atual da agricultura em Portugal, nomeadamente a importância do setor para o produto português e para a economia regional, bem como, a evolução da atividade na última década.

Em 2012, o sector primário, agricultura silvicultura e pescas<sup>4</sup>, na sua globalidade, apresentava um valor acrescentado bruto, a preços de base, no valor de 3.602,7 milhões de euros, o correspondente a 2,63% do PIB<sup>5</sup> (figura 1), 3,9% se considerado a globalidade do setor agro-alimentar.

**Figura 1 – VAB português por ramo de atividade, 2012**

**Preços constantes, Ano de referência = 2006**



Fonte: Contas Económicas da Agricultura, Estatísticas Agrícolas e Boletim Mensal de Estatística, INE, elaboração própria

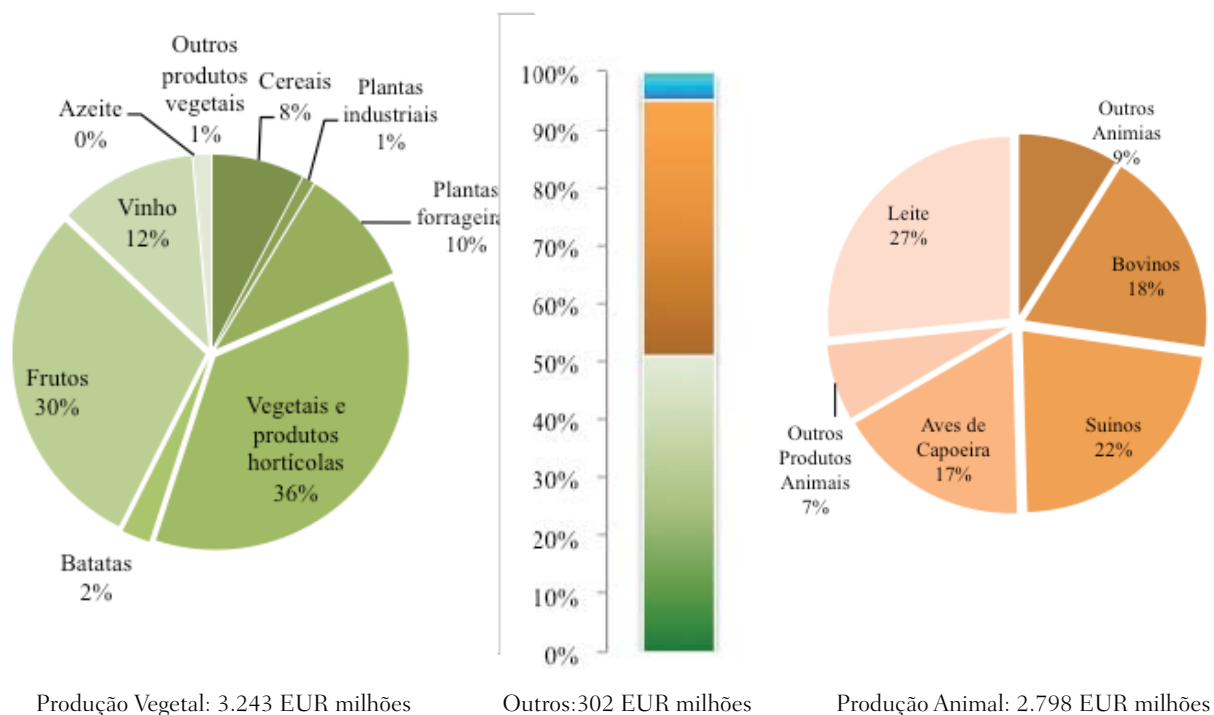
O setor agrícola, composto por um total de 43.972 empresas agrícolas, tem uma produção global de 6.343,1 milhões de euros (INE, 2012, 2013a) e emprega cerca de 534 mil indivíduos (401 mil em volume de trabalho, isto é, considerando o trabalho prestado a tempo parcial) o que representa mais de 10,7 % do emprego total do País (8% em volume de trabalho) (MAMAOT, 2012). A análise da estrutura da produção agrícola portuguesa permite constatar a prevalência da produção vegetal (51,1%) sobre a produção animal (44,1%), nomeadamente a concentração da produção em quatro setores, três deles de produtos vegetais (hortícolas, frutos, vinho) e um de produção animal (leite) destacando-se a importância crescente dos hortícolas, com 19% da produção em 2012, imediatamente seguido dos frutos (15%) (ver figura 2).

4 Excluídas as indústrias extrativas e a transformação de produtos agrícolas - Divisões 1 a 3 da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas - CAE Rev. 3. Secção A da Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais.

5 Produto Interno Bruto a preços de base, que, pela ótica da produção, corresponde ao somatório do VAB a preços de base (não inclui os Impostos Líquidos de Subsídios sobre os Produtos) dos vários ramos de atividade.



**Figura 2 – Composição da Produção Agrícola, 2012**  
**Preços correntes, Ano de referência = 2006**

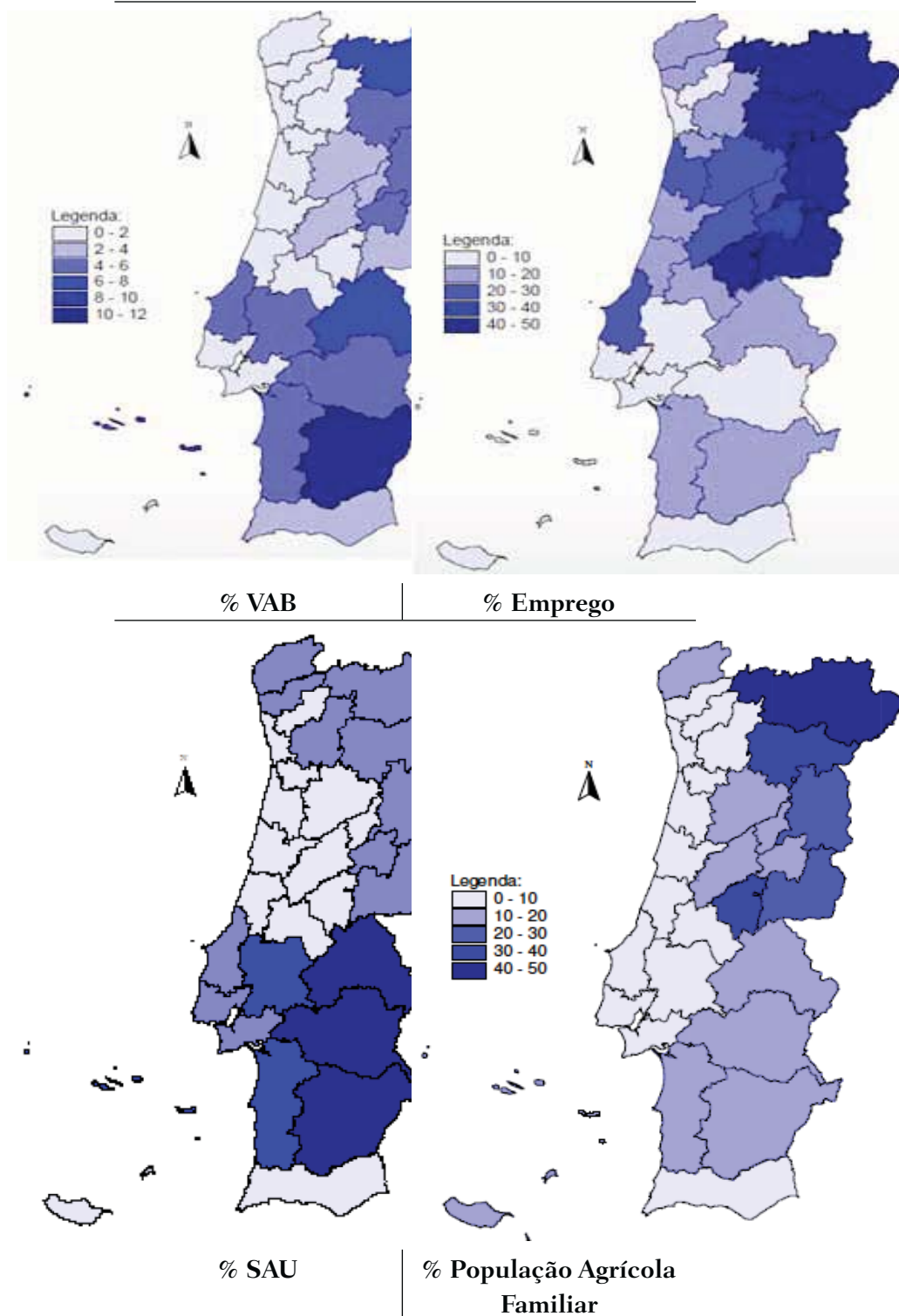


Fonte: Contas Económicas da Agricultura e Estatísticas Agrícolas, INE, elaboração própria

Em termos de VAB, a atividade agrícola era, em 2012, responsável por quase 80% do valor acrescentado do sector primário, ou seja, apenas 1,8% do VAB nacional, uma contribuição 26% abaixo do verificado no início do milénio, reflexo da tendência já anterior de perda de importância da atividade agrícola para a formação do PIB nacional.

## 2.1 - Importância regional

Contudo, apesar desta perda de importância económica da atividade agrícola a nível nacional, esta é, ainda, uma atividade, económica e socialmente, relevante a nível regional. Segundo os dados do recenseamento agrícola de 2009: RA09 (INE, 2010, 2011), a agricultura ocupa cerca de 50 por cento da superfície territorial do país, 3,6 milhões de hectares, e a população agrícola familiar representa 7,5% da população portuguesa. Salienta-se todavia que apesar de no sul do país, a estrutura produtiva regional estar muito ligada à agricultura, é no centro interior e no norte interior de Portugal que o emprego regional está fortemente sustentado na atividade agrícola, como ilustrado na figura 3.



**Figura 3 – Importância da Agricultura na economia regional, 2011**

Fonte: MAMAOT (2012)

A figura mostra que existe uma significativa especialização produtiva na agricultura em algumas regiões, predominantemente no interior, contribuindo a agricultura para uma parte significativa do VAB regional, com destaque para o Baixo Alentejo (10,7%) Alto Alentejo (6,9%) e Alto Trás-os-Montes (6,3%).

Verifica-se igualmente que a agricultura é determinante na geração de emprego para algumas sub-regiões do país sendo responsável por mais de  $\frac{2}{5}$  dos postos de trabalho criados, como é o caso de Alto Trás-os-Montes (48,1%); Pinhal Interior Sul (40,4%) ou Beira Interior Norte (41,7%). E embora se observe uma diminuição da população agrícola familiar na última década (-5,8%), o seu peso na população residente é ainda bastante significativo na região norte e centro interior de Portugal (particularmente, Alto Trás-os-Montes, 40,9%; Pinhal Interior Sul, 31,8%; Douro, 31,0%), sendo que a maioria da população com atividade agrícola está ligada a explorações micro ou pequena dimensão económica, onde o plurirrendimento dos agricultores e a atividade a tempo parcial continuam a ter grande expressão, contribuindo para a diversificação dos rendimentos, para a viabilidade económica das explorações de menor dimensão e para a redução da vulnerabilidade das famílias em situações de crise (MAMAOT, 2012).

Por fim, quanto à Superfície Agrícola Utilizada: SAU, esta é particularmente importante na região do Alentejo onde ocupa cerca de  $\frac{3}{4}$  de superfície da região, sendo que a agricultura portuguesa engloba realidades muito distintas: nas regiões Norte, Centro, Algarve e Madeira, a SAU está maioritariamente nas explorações de pequena e micro dimensão económica, pouco especializadas e maioritariamente dependentes de rendimentos provenientes do exterior da exploração, não obstante a presença muito significativa de explorações especializadas em bovino de leite e viticultura, entre outras; enquanto no Alentejo, em Lisboa e Vale do Tejo e Acores, a SAU está concentrada nas explorações de média e grande dimensão económica, que tendem a ser explorações especializadas, com destaque para os bovinos e pequeno ruminantes, mais empresariais e menos dependentes de rendimentos exteriores (MAMAOT, 2012).

## 2.2 . Reestruturação, autoaprovisionamento e balança comercial

Em 2009, segundo o INE (2010, 2011), existiam em Portugal, 305 mil explorações agrícolas ocupando 3,6 milhões hectares de SAU e utilizando um volume de mão-de-obra de 367 mil UTA<sup>6</sup> dos quais 80% são familiares. Esta realidade é, contudo, significativamente diferente da observada há uma década atrás, experimentando a atividade um processo de ajustamento estrutural, com a área média das explorações a aumentar 2,5 hectares, para 11,9 ha, e redução do número médio de UTAs por exploração em 0,2 unidades, para 1,25 UTAs, acompanhado por um crescimento da produtividade do trabalho, o que as torna, potencialmente, mais competitivas<sup>7</sup>. Porém, a perda de cerca de 25% do número de explorações e o recuo do território dedicado à prática agrícola em quase 500 mil hectares, é preocupante, dada a forte dependência externa de Portugal em produtos alimentares. De facto, a recomposição da estrutura produtiva e a modernização tecnológica traduziram-se em aumentos de produtividade com um ritmo superior ao conjunto da economia (MAMAOT, 2012), os quais compensaram a perda territorial tendo a produção agrícola se mantido estável, contudo, esse ganho não foi sentido em termos de VAB, que sofreu uma quebra, em termos nominais, motivado fundamen-

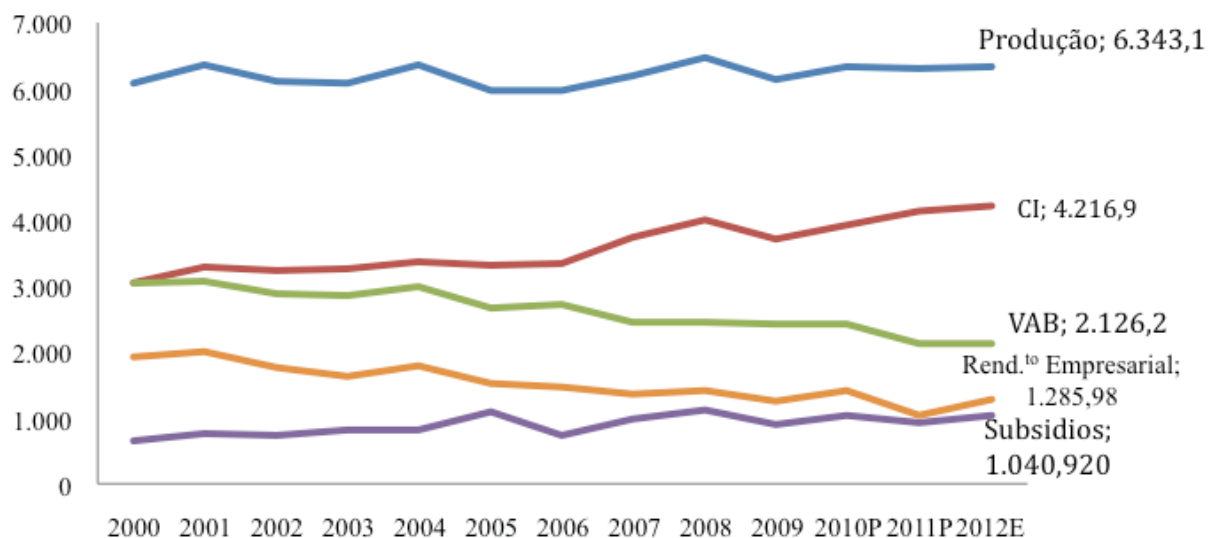
6 UTA - 1 Unidade Trabalho Ano equivale a 240 dias de trabalho a 8 horas por dia.

7 De acordo com Eurostat (2012) Portugal foi, em 2012, o quinto país da União Europeia onde a atividade agrícola por trabalhador mais rende, tendo o rendimento do sector agrícola crescido cerca de 9%.

talmente, pelo acréscimo nos consumos intermédios (CI) cujos preços dependem do mercado internacional (figura 4).

**Figura 4 – Evolução do valor da produção agrícola, CI, VAB, rendimento empresarial e subsídios, 2000-2012**

**Preços correntes, Ano de referência = 2006**



Fonte: Contas Económicas da Agricultura e Estatísticas Agrícolas, INE, elaboração própria

A figura 4 mostra que a produção não regista alterações significativas, no período 2000-2012, contudo o acréscimo ocorrido nos CI (de quase 40%), reflete-se num decréscimo global do VAB e do rendimento empresarial gerado pela atividade, na ordem dos 30%. A figura demonstra igualmente a importância dos subsídios para a formação do rendimento dos produtores, situação em linha com o RA09, em que 60% dos produtores agrícolas declararam beneficiar de ajudas/subsídios, sendo que 11% destes indicaram que a sua importância no rendimento da exploração agrícola era superior a 25%.

Esta estabilidade da produção agrícola foi acompanhada pelo crescimento da produção de bens alimentares, embora insuficiente para compensar o incremento dos níveis de consumo (MAMAOT, 2012) pelo que o grau de autoaproveitamento alimentar tem-se mantido estável na última década, próximo dos 82% (70% se corrigido das produções alimentares dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos). A tabela 1 mostra a evolução do grau de autoaproveitamento alguns dos principais produtos agrícolas.

	Azeite	Total de carnes	Total de frutos	Total de cereais*	Vinho	Batata	Hortícolas	Leite e derivados
2000	71,2%	72,5%	66,5%	33,1%	118,4%	64,2%	162,9%	100,6%
2001	41,7%	75,1%	63,9%	26,5%	132,3%	65,7%	155,5%	92,6%
2002	50,8%	72,0%	70,9%	30,0%	99,7%	71,8%	155,2%	94,5%
2003	45,3%	73,9%	70,0%	23,7%	122,2%	68,0%	146,4%	95,3%
2004	55,4%	75,3%	72,4%	26,8%	130,4%	72,0%	176,6%	94,8%
2005	50,8%	73,3%	65,2%	16,7%	123,4%	51,4%	167,0%	97,2%

2006	63,8%	70,4%	69,2%	24,3%	133,1%	55,2%	155,3%	94,3%
2007	49,3%	70,8%	61,7%	20,2%	118,8%	58,7%	173,7%	92,2%
2008	64,9%	74,1%	60,4%	24,3%	113,7%	49,4%	170,3%	92,8%
2009	75,3%	72,4%	67,8%	21,3%	107,3%	46,3%	n.d.	n.d.
2010	76,8%	71,1%	63,5%	18,8%	131,2%	40,7%	n.d.	n.d.
2011	90,2%	72,8%	75,1%	20,8%	104,2%	44,0%	n.d.	n.d.
Média	61,3%	72,8%	67,2%	23,9%	119,6%	57,3%	162,5%	94,9%

\*Excluindo arroz, o valor médio incluindo arroz é de 28,4%, 2000-2008.

### Tabela 1 - Evolução do grau de autoaprovisionamento das principais atividades

Fonte: Contas Económicas da Agricultura e Estatísticas Agrícolas, INE, elaboração própria

A análise do grau de autoaprovisionamento, por tipo de produção mostra que apenas o vinho, azeite e os hortícolas apresentam uma evolução favorável, com o vinho e hortícolas a apresentar um coeficiente superior a 100. O sector do azeite, após uma quebra no início da década de 2000, tem experimentado uma recuperação consistente nos últimos anos. Nos outros sectores houve uma evolução negativa com particular destaque para o sector do leite e produtos lácteos onde a autossuficiência foi perdida a partir de 200, encontrando-se a produção condicionada ao sistema de quotas leiteiras.

Globalmente, a análise destes dados permite inferir que a dependência do país face ao exterior aumentou o que significa maior necessidade de importação de produtos alimentares enquanto a capacidade exportadora líquida se circunscreve aos sectores tradicionais do vinho, azeite e hortícolas.

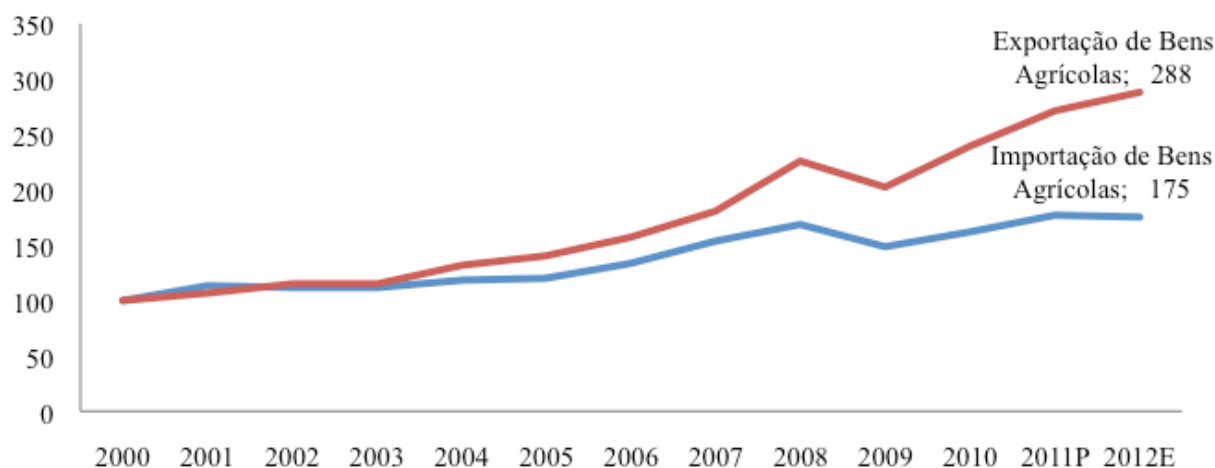
Neste sector existe um portfólio alargado de produtos, com destaque para os vinhos, as frutas, os hortícolas, o azeite e o concentrado de tomate que têm revelado uma dinâmica ímpar, assente em produtos de excelência, com elevado valor acrescentado e de inovação incorporado que apresentam um sucesso considerável a nível de exportação.

Contudo, em todos os sectores do agroalimentar é fácil encontrar histórias bem-sucedidas, desde a produção pecuária à produção vegetal e produtos transformados, havendo exemplos de sucesso em todos os sectores desde o vinho e o azeite, até aos produtos de base, como é o caso do milho ou do tomate de indústria (Portugal é o segundo maior produtor de concentrado de tomate), com produtividades muito altas e competitivas a nível mundial. “Temos também sectores emergentes como o mirtilo e o kiwi ou, no futuro, a papoila, o aloé vera ou o amendoim” (Assunção Cristas *in* Diário Económico, 23 Julho 2013).

Assim, a Balança Comercial de bens agrícolas, historicamente deficitária, apresentava em 2012, um saldo negativo de 3.630 EUR milhões. Contudo, o crescimento das exportações a um ritmo superior ao das importações verificado na última década (figura 5) - sendo que, em 2012, Portugal importou mil milhões de euros a menos em produtos agrícolas - (se acompanhado por uma maior aposta na produção alimentar nacional de sectores com reduzida dependência de CI importados, com vantagens comparativas, e que prevalecem na estrutura produtiva nacional, em detrimento de sectores com maior dependência de CI importados (MAMA-OT, 2012)) poderá traduzir-se num significativo aumento do grau de autoaprovisionamento alimentar do país, invertendo este desequilíbrio na balança comercial.

**Figura 5 - Evolução do Comércio Internacional de Bens Agrícolas, 2000-2012**

Preços constantes, Ano de referência = 2006



Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional, INE, elaboração própria

### 3. A CRISE E O REGRESSO AO CAMPO: EFEITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS

A agricultura portuguesa debate-se com um grave problema de renovação geracional que põe em causa a sua sustentabilidade. Segundo Silva (2011), os jovens agricultores além de garantirem a sustentabilidade futura ao sector, reúnem características próprias de uma classe etária que potenciam o sucesso da sua atividade empresarial e profissional (nível de formação, apetência pelo risco, iniciativa, mobilidade...).

De facto, a agricultura portuguesa é uma das mais envelhecidas da União Europeia, sendo que os agricultores com mais de 65 anos representam cerca de 48% do número de produtores, (quando a nível europeu esse peso é de apenas 27%) e apenas 10% dos agricultores tem menos de 45 anos e 2% possui menos de 35 anos. E, pior ainda, o processo de envelhecimento acelerou na última década, de forma que se a idade média dos agricultores portugueses era, em 1999, de 59 anos, uma década depois é de 63 anos. Os dados do RA09 mostram que o número de produtores singulares agrícolas em 2009 era de 297 mil indivíduos, verificando-se em termos nacionais uma quebra relativamente ao recenseamento anterior (RGA99) de 27%; sendo que na classe etária de menos de 35 anos essa quebra foi de 60%; na classe etária dos 35 aos 45 foi de 51% (Silva, 2011). Este fenómeno é transversal a todas as regiões agrárias e reflete a escassa eficácia das políticas de apoio à instalação de jovens agricultores que todos os quadros comunitários de apoio consideraram como relevantes (Alberto e Almeida, 2011; Silva, 2011). Por outro lado, o envelhecimento é acompanhado por um fraco nível de instrução e formação em geral, sendo que este problema se agrava nas classes etárias mais elevadas. A nível global apenas 8% dos produtores agrícolas tem um nível de escolaridade pós secundário, sendo que na classe etária de menos de 35 anos essa percentagem é de 35%; na classe etária dos 35 aos 45 é de 19% mas na classe etária superior a 65 anos a percentagem é apenas de 5%.

A situação de crise económica e a situação do mercado de trabalho tem seguramente um impacto no fenómeno de regresso à agricultura que se experimenta atualmente em Portugal, tendo a agricultura inclusive recebido profissionais qualificados que antes se dedicavam a outras áreas. De acordo com INE (2013b), ao

todo, dos mais de 72 mil postos de trabalho criados no 2º trimestre de 2013,  $\frac{2}{3}$  foram no setor agrícola, o que representa um recorde histórico dos últimos 15 anos. O INE refere que estes números são explicados pelo tradicional fator da sazonalidade, mas também porque se observou um menor recurso a mão-de-obra importada, dado que a crise levou os trabalhadores portugueses interessarem-se novamente pela atividade. Relativamente a este fenómeno, o *Jornal de Negócios* (2013) destaca igualmente o maior aumento do emprego nas zonas Norte e Centro e nos trabalhadores por conta própria, concluindo que a crise pode estar a atirar muitos portugueses para uma economia de subsistência, lembrando que foi precisamente nestas regiões que a indústria foi mais afetada pela crise e que predominam os pequenos terrenos, pelo que o regresso à terra como meio de subsistência pode estar a ser a opção para muitas famílias.

Este interesse pela atividade agrícola observa-se também pela procura dos apoios comunitários ao investimento no sector. Este movimento é particularmente visível no que respeita aos jovens agricultores, cujo pedido de apoios à primeira instalação tem crescido em espiral: 4.879 entre 2000 e 2009 e 5.048 entre 2010 e 2012. Ou seja, nos últimos três anos em que as consequências da crise mais se fizeram sentir, principalmente na falta de oportunidades de emprego, instalaram-se mais jovens agricultores do que nos 10 anos anteriores (Cunha, 2013). Segundo dados da tutela, a atratividade do setor é tal que estão atualmente a surgir mais de 200 novos jovens agricultores por mês (Ferrão, 2013).

Consequentemente, o investimento global na agricultura portuguesa, nos últimos 5 anos, perfaz mais de seis mil milhões de euros em projetos com apoios comunitários. Existem atualmente 7900 projetos apoiados para “Instalação de Jovens Agricultores”, sendo o apoio global superior a 530 milhões de euros e com 65% da execução concluída, acima da média europeia de 62%. Se pensarmos que o novo aeroporto custaria quatro mil milhões de euros, ou o TGV que custaria sete mil milhões, em cinco anos a agricultura fez investimentos equivalentes e que deixa grandes benefícios na economia (João Machado *in* *Diário Económico*, 23 Julho 2013).

Esta predileção pela agricultura é igualmente sentida em termos educativos e de formação, como é o caso da procura de formação superior na área de agronomia que tem experimentado um interesse crescente por parte dos candidatos ao ensino superior em detrimento de outras áreas da biociência, como a biotecnologia ou o ambiente, invertendo a tendência que se vinha a sentir há mais de uma década. Por exemplo, nos últimos 5 anos, no Instituto Politécnico de Bragança, o número de novos alunos matriculados no curso de Engenharia Agronómica mais que duplicou.

Mas esta popularidade do setor agrícola ultrapassa o âmbito profissional e empresarial e transvasa para a vida familiar e social. De facto, o crescente interesse pela agricultura biológica e urbana, em especial as hortas urbanas, tem origem não só nas atuais dificuldades económicas das famílias e no seu cuidado com uma alimentação saudável, permitindo assim a aquisição de produtos frescos, de qualidade, a custos comportáveis, mas também, na adoção da prática agrícola como atividade de recreio e lazer, contribuindo deste modo para o bem-estar físico e psicológico dos indivíduos.

Há cada vez mais interessados em produzir, não só como investimento mas também para consumo próprio e lazer. Neste último caso, o fenómeno das hortas urbanas biológicas assume relevância crescente face à tendência de concentração da população nas áreas urbanas. De facto, as hortas urbanas têm surgido acompanhando o rápido crescimento das cidades (De Bon e Parrot, 2010) e, proporcionam, além dos serviços gerados como espaços verdes, produtos alimentares e, portanto, podem suprir necessidades básicas e, assim, contribuir para enfrentar de forma positiva a situação económica atual, melhorar a qualidade ambiental das cidades e o bem-estar da população.

Em Portugal os projetos de hortas urbanas têm sido promovidos pelas câmaras municipais, organizações e empresas. As hortas estão presentes em mais de 23 cidades Portuguesas e têm como objetivo o apoio social, o contacto com a natureza, melhoria da qualidade de vida da população e uma maior consciência ambiental<sup>8</sup>. Abreu (2012) salienta a importância do contacto com a natureza para a população e o contributo destes projetos para uma melhor qualidade de vida dos utilizadores, não só física mas também psicológica. Benefícios conhecidos e referenciados por vários autores, como Dunnett e Qasim (2000), Armstrong (2000), Hurley (2004), Boukharaeva *et al.* (2005), Parr (2005) e Ecomind (2007). Este autor refere também que para a maioria dos utilizadores a qualidade dos produtos que consome é muito importante, sendo que a população em geral refere que a qualidade dos produtos de agricultura convencional existentes no mercado não é a melhor. Por fim, e ainda em termos económicos, Abreu (2012) nota que 62% dos utilizadores refere que as hortas urbanas contribuem para uma melhor economia familiar, sendo este aspeto classificado como “Muito Importante” para 24% e “Importante” para 45%. Também Peixinho *et al.* (2013) salienta a importância económica das hortas urbanas referindo produções anuais equivalentes a uma poupança de 300€ em legumes.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nível económico, social e político a agricultura está a atravessar um momento de popularidade, considerada fundamental para o desenvolvimento do país, para a vitalidade dos territórios e o crescimento do emprego, considerada um setor com futuro e gerador de grande valor acrescentado.

Em resultado o sector agrícola português está mais dinâmico que nunca, tendo sido investidos, nos últimos cinco anos, seis mil milhões de euros em novos projetos agrícolas e, ao contrário da restante economia, tem vindo a crescer mesmo em termos de produto e a criar emprego líquido, tendo a aposta passado pelo aumento das exportações que, em 2013, cresceram 7,8% e aproveitamento das verbas comunitárias. Assim, apesar de Portugal produzir apenas 70% das suas necessidades de consumo, este desequilíbrio na balança comercial pode inverter-se nos próximos anos, sendo que, em 2012, Portugal importou mil milhões de euros a menos em produtos agrícolas.

Este regresso ao campo tem possibilitado o rejuvenescer do tecido agrícola. São indivíduos jovens que trazem um novo olhar sobre a atividade agrícola, têm formação superior e criam projetos inovadores e tecnologicamente avançados. Há aqui um regresso mas não deve ser confundido como regresso ao passado. A agricultura é hoje um setor de tecnologia de ponta, que aposta na informatização, *design* e produtos inovadores.

Contudo, há o risco desta popularidade ser temporária e um dia, quando a crise acabar, o destino destes projetos seja o abandono, na medida do ocorrido no passado com outros empreendimentos agrícolas financiados por anteriores quadros comunitários (como é o caso das estufas de flores, que proliferaram na década de 1990, fruto do financiamento europeu, e cujo abandono atual um qualquer passeio pelo interior do país permite verificar).

Em Portugal há ainda margem para o sector agrícola crescer, produzir e colocar mais produtos portugueses no mercado interno e externo, equilibrando desta forma a balança comercial ainda negativa. O nosso clima e os terrenos condicionam o tipo de produção que podemos ter, sendo que também as características climáticas podem ser vantagens competitivas, permitindo colocar produtos no mercado mais cedo que outros países,

---

8 Abreu (2012) apresenta um sumário de alguns dos projetos existentes nas cidades portuguesas, e principais características.



facto que tem sido potenciado pelo regadio. Também, a tutela anunciou em 2013 a criação de uma Bolsa de Terras que servirá para “combater o abandono, contribuir para aumentar a dimensão das explorações, aumentar o volume e o valor da produção agroalimentar nacional e contribuir para a identificação de terras abandonadas” potenciando assim o desenvolvimento da atividade. Porém, os custos de determinados fatores de produção como a energia e os combustíveis mais caros do que no resto da Europa, poderão limitar esse crescimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, A. (2012). *Hortas Urbanas – Contributo para a Sustentabilidade. Caso de Estudo: “Hortas Comunitárias de Cascais”*. Dissertação Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.
- Armstrong, D. (2000). A survey of community gardens in upstate New York: Implications for health promotion and community development. *Health e Place*, 6:319-327.
- Boukharaeva, M., Chianca, K. G., Marloie, M., Machado, T. A., e Machado, T. T. (2005). L'agriculture urbaine comme composante du développement humain durable: Brésil, France, Russie. *Cahiers Agricultures*, 14:154-158.
- Cunha, A. (2013). Instalação de jovens agricultores: não perder uma oportunidade gerada pela crise. *Público*, 18 de Julho.
- De Bon, H., & Parrot, L. (2010). Sustainable urban agriculture in developing countries. *Agronomy for Sustainable Development*, 30:21–32.
- Dunnett, N., e Qasim, M. (2000). Perceived Benefits to Human Well-being of Urban Gardens. *International Human issues in Horticulture*, 10:40-45.
- Ecomind. (2007). Executive Summaty of Ecotherapy - The green agenda for mental health. *Mind week report*, May 2007.
- Hurley, D. (2004). *Scientist at work- Felton Earls; On Crime As Science (A Neighbor At a Time)*. The New York Times: 6 de Janeiro.
- INE (2010), *Recenseamento Agrícola 2009. Dados Preliminares*. Instituto Nacional de Estatística Lisboa.
- INE (2011). *RA09 Recenseamento Agrícola 2009*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2012). *Empresas agrícolas: o futuro da agricultura portuguesa? 2004-2010*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2013a). *Estatísticas Agrícolas 2012*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2013b). *Estatísticas do Emprego, 2º Trimestre 2013*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- Jornal de Negócios (2013). *Dois em cada três empregos foram criados na agricultura*. Jornal de Negócios: 8 de Agosto.
- Ferrão, F. (2013). Agricultura, o regresso à terra. *Diário Económico*, Suplemento, 23 de Julho.
- MAMAOT (2013). *Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 – Programa de Orientação*. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

- Mahon, G. e Garcia Nuevo, R. (2013). Agricultural income per annual work unit in EU-27 remained at the same level in 2012. *Statistics in focus 19/2013*, Eurost.
- Parr, H. (2005). *Sustainable Communities? Nature Work and Mental Health*. Economic e Social Research Council - University of Dundee.
- Peixinho, D; Rodrigues, M.; Nobre, S. e Oliveira, P. (2013). Hortas Comunitárias do IPB. *Encontro de Jovens Investigadores 2013*, Instituto Politécnico de Bragança.
- Silva, F (2011). Jovens agricultores em Portugal – condições para o sucesso. *Feira Nacional de Agricultura*, Santarém.

### **Outras publicações consultadas:**

- INE (2001). *RGA89 Recenseamento Geral Agrícola*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2003). *Estatísticas Agrícolas 2002*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2005). *Estatísticas Agrícolas 2004*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2006). *Estatísticas Agrícolas 2005*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2008). *Estatísticas Agrícolas 2007*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2010). *Contas Económicas da Agricultura 1980-2009*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2010). *Estatísticas Agrícolas 2009*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2010). *Estatísticas do Comércio Internacional 1993-2009*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2011). *Contas Económicas da Agricultura 2010*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2011). *Estatísticas Agrícolas 2010*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2011). *Estatísticas do Comércio Internacional 2010*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2012). *Contas Económicas da Agricultura 2011*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2012). *Contas Económicas da Agricultura 2012 – dados preliminares*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2012). *Estatísticas Agrícolas 2011*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2012). *Estatísticas do Comércio Internacional 2011*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2013). *Boletim Mensal de Estatística - junho 2013*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2013). *Estatísticas do Comércio Internacional 2012*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.